



Central Eólica SRMN IV S.A.

CNPJ nº 29.507.214/0001-30

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

ATIVO	Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)			Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Receita operacional líquida	20	25.795
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.754	4.365	Custo do serviço de energia elétrica	21	(10.902)
Concessionárias	8	1.516	—	Lucro bruto	14.893	—
Impostos a compensar	9	450	59	Despesas e Receitas	21	(391)
Cauções e depósitos vinculados	11	—	22.625	Despesas gerais e administrativas	(391)	(944)
Adiantamento a fornecedores	12	2	2	Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos	14.502	(944)
Despesas antecipadas	13	34	—	Resultado financeiro líquido	22	(10.592)
	13.756	27.051		Despesas financeiras	22	748
Não circulante				Receitas financeiras	(9.844)	(3)
Partes relacionadas	10	593	6.156	Resultado antes dos tributos sobre o lucro	23	(1.055)
Cauções e depósitos vinculados	11	3.594	2.847	Tributos sobre o lucro	3.603	(947)
Imobilizado	14	149.107	151.633	Resultado líquido do exercício		
	153.294	160.636				
Total do ativo	167.050	187.687				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica SRMN IV S.A. ("Companhia" ou "SRMN IV"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em novembro de 2017, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica SRMN IV e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 14, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **1.1. Autorização do Parque Eólico Santa Rosa Mundo Novo IV:** Em 04 de junho de 2018 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 03 de junho de 2053. Em 20 de dezembro de 2017 a Companhia vendeu 7,5 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio do projeto de geração eólica: Santa Rosa Mundo Novo IV, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início previsto para janeiro de 2022, ao preço de R\$108,25/MWh. Em 31 de dezembro de 2021 a ANEEL emitiu o despacho nº 4.218 autorizando o início da operação comercial da EOL Santa Rosa e Mundo Novo IV a partir de 1º de janeiro de 2022.

Usinas Eólicas

Modalidade Autorização

Oturuga RN

Estatuto Capacidade instalada (MW) 33,60

Energia asssegurada (mm) 8.30

Ano do início da operação 2022

Autorização / Registro Início 01/06/2018

Termino 31/05/2053

1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido a pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque eólico. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma: (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu inicio em julho de 2021; (ii) desembolso de empréstimo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento BNB; (iii) se houver necessidade aporte de capital da holding.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 01 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 24, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • **Imobilizado:** determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 18). • **Provisão para desmantelamento:** reconhecimento imobiliário. • **Ativo circulante líquido:** a receita operacional líquida (ajuste de receita) premissa para determinação do valor da receita conforme sua geração, com base das operações efetivas (nota explicativa nº 20). • **Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis:** reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 27).

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia futuradas e não futuradas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **c) Imobilizado:** O parque eólico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em Outras receitas/despesas operacionais. **d) Redução ao valor recuperável:** Ativos financeiros: São salvados o final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicam que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no uso em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso de ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso de ativo não tivesse sido reconhecida. Demais ativos circulares e não circulares: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **e) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e os encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **f) Dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o **g) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de financiamento diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **h) Provisões:** Num base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão a cada final de exercício. O reconhecimento é reconhecido em resultados. **i) Contingentes:** São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, amparada por seus assessores legais externos. **j) Provisão para desmantelamento:** São constituidas quando existe uma obrigação legal de despoluição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituições provisões dessa natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base sólida para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Essas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil medida esperada desses ativos. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 13,55% (11,40% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões de desmantelamento. **k) Demais passivos circulares e não circulares:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **l) Operações de arrendamento:** No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito de arrendatário de controlar o uso do ativo subjcrito. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendatário, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente do ativo de investimento e/ou passivo existente. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos. Parque eólico, por apresentar valor relevante e por ser de longo prazo. Para esses contratos de arrendamento de terrenos, terrem remuneratória similar ao arrendatário a companhia não aplicou o IFRS16. Para os demais contratos, por serem considerados de baixo valor, a adotação do IFRS 16 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistema lógico do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que excede R\$ 60 mil reais, e para a contribuição social corrente, é calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o CPC 22 / IFRIC 23. **ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributo sobre o lucro:** Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração de CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor das demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a

...continuação

Vencimentos dos empréstimos:

Año de vencimiento		
2024	2.170	Garantias bancárias
2025	2.453	Ajuste a valor presente
2026	2.750	Comissões sobre financiamento
2027 a 2047	99.760	Outras despesas financeiras
Total	107.132	Total de despesas financeiras

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Adiantamento de clientes	61	1.802
Total	61	1.802
O saldo da rubrica outras contas a pagar é representado substancialmente por valores recebidos pela Câmera de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referente à energia teste gerada e vendida durante o período de 2021. A Companhia efetuou o registro da receita oriunda desta transação em 2022 diante do registro de autorização para início da operação comercial conforme mencionado na nota explicativa nº 23.		

18. PROVISÃO DE DESMANTELAMENTO

	31/12/2022	31/12/2021
Desmantelamento	516	-
Total	516	-

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão
Saldo em 31/12/2021	-
Provisão	440
Atualização	76
Total	516

(a) Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Parque Eólico de Santa Rosa Mundo Novo V está registrada em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa nº 14). O prazo previsto para realização dessa provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, esperadas nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 13,55% a.a.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2022, foi deliberado o aumento do capital da Companhia. Desta forma, o Capital Social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$ 37.977 (R\$27.731 em 31 de dezembro de 2021). O Capital Social em 31 de dezembro de 2022 é composto por 125.968.161 (96.035.908 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2022	31/12/2021
Nº de ações	125.968.161	96.035.908
%	100%	100%

Acionistas	31/12/2022	31/12/2021
SRMN Holding S.A.	125.968.161	96.035.908

Total	125.968.161	96.035.908
Fornecedores	100%	100%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme Estatuto Social. **19.2. Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 20. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNB, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 3.60 (Prejuízo de R\$947 em 31 de dezembro de 2021).

Lucro líquido (prejuízo) apurado no exercício

Compensação prejuízo anterior

Constituição de reserva legal (5%)

Lucro do exercício ajustado

Destinação do lucro ajustado

Dividendo mínimo obrigatório

Reserva de retenção de lucros

19.3. Reservas de lucros - Legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia manteve reserva no montante de R\$ 123 a título de reserva legal. **19.4. Reserva de lucros - retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$1.717.

20. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Receita operacional bruta

Suprimento de energia elétrica

Suprimento de energia elétrica com partes relacionadas

Ajuste financeiro

Total de receita bruta

Deduções à receita operacional

PIS/COFINS

Total de deduções

Total de receita operacional

MWh comercializado (não auditado)

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos não gerenciáveis

Encargos de uso da rede elétrica

Custos gerenciáveis

Custo do serviço com energia elétrica

Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas

Custos de operação

Depreciação e Amortização

Serviços de terceiros e materiais

Compartilhamento de custo

Outros Serviços

Arrendamentos

Seguros

Despesas tributárias

Total dos custos

Gerais e administrativos

Serviços de terceiros e materiais

Doações

Outras despesas

Total

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas financeiras

Renda de aplicações financeiras

Juros recebidos

SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis

Total de receitas financeiras

Despesas financeiras

Encargos de dívidas

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho

Diretor Presidente

Aos Administradores e Acionistas

Central Eólica SRMN IV S.A.

Opinião:

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica SRMN IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica SRMN IV S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e das normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

CENTRAL EÓLICA SRMN IV S.A. | CNPJ nº 29.507.214/0001-30

	2022	2021	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros	(853)	(76)	–	3.430	3.430	3.430	–	–
Fornecedores	(56)	(13)	(3)	516	16.577	–	–	16.577
Provisões	(10.592)	(9.844)	(3)	585	585	585	–	–
Partes relacionadas	(10.592)	(9.844)	(3)	121.922	118.252	18.514	2.014	7.597
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	121.922	118.252	18.514	126.454	138.844	22.530	2.014	7.597
Total	126.454	138.844	22.530	126.454	138.844	22.530	2.014	7.597

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE